



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ITAPIRA

Aos 26 dias do mês de abril de 2016, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 02/2016, divulgado em 08/03/2016 no DEJT (Edição 1933/2016 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 168). Presente o Juiz Titular Flávio Landi. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição: Airton Sérgio Guastali e Ayrton Rocha
Jurisdição Atendida: AGUAS DE LINDOIA, ITAPIRA, LINDOIA, SOCORRO
Lei de Criação: 9.698/98
Data de Instalação: 21/11/1998
Data de Instalação do PJE: 28/11/2012



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
FLAVIO LANDI	13/09/2010

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
11/04/2015 a 11/04/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
12/04/2015 a 12/04/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
17/04/2015 a 25/04/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
04/05/2015 a 08/05/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
08/06/2015 a 30/06/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
06/07/2015 a 07/07/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
08/07/2015 a 08/07/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
14/07/2015 a 14/07/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
22/07/2015 a 31/07/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
24/08/2015 a 20/09/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
21/09/2015 a 25/09/2015	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
23/09/2015 a 02/10/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
05/10/2015 a 24/10/2015	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
12/11/2015 a 13/11/2015	PARTICIPAÇÃO EM	SEM SUBSTITUTO
18/11/2015 a 17/12/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
11/01/2016 a 21/01/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
26/01/2016 a 27/01/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
28/01/2016 a 28/01/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
11/02/2016 a 11/03/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
13/03/2016 a 13/03/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
14/03/2016 a 12/04/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2015 a 11/04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALESSANDRA REGINA TREVISAN LAMBERT	27/01/2016 a 27/01/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	16/05/2015 a 18/05/2015
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	16/05/2015 a 01/06/2015
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	15/07/2015 a 31/07/2015
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	01/08/2015 a 10/08/2015
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	17/03/2016 a 17/03/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	15/06/2015 a 08/07/2015
ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	09/07/2015 a 13/07/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CAMILA XIMENES COIMBRA	04/05/2015 a 08/05/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	28/03/2015 a 05/04/2015
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	16/09/2015 a 22/09/2015
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	23/09/2015 a 12/10/2015
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	03/10/2015 a 04/10/2015
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	14/10/2015 a 18/10/2015
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	18/11/2015 a 19/12/2015
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	07/01/2016 a 10/01/2016
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	11/01/2016 a 24/01/2016

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2015 a 11/04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
EDSON DA SILVA JUNIOR	19/10/2015 a 24/10/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	28/03/2016 a 01/04/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA CRISTINA FERREIRA GOMES	06/04/2016 a 08/04/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	10/02/2016 a 10/02/2016
FERNANDA FRARE RIBEIRO	11/02/2016 a 11/03/2016
FERNANDA FRARE RIBEIRO	12/03/2016 a 27/03/2016
FERNANDA FRARE RIBEIRO	02/04/2016 a 05/04/2016
FERNANDA FRARE RIBEIRO	06/04/2016 a 12/04/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FLAVIA FARIAS DE ARRUDA CORSEUIL	18/04/2015 a 25/04/2015

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2015 a 11/04/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
IURI PEREIRA PINHEIRO	05/11/2015 a 09/11/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	22/08/2015 a 15/09/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SOLANGE DENISE BELCHIOR SANTAELLA	18/02/2016 a 18/02/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [29/02/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
APARECIDA PEDRINA LEME FERREIRA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	30/07/2007
DECIO DE PAULA QUELUZ	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	26/01/2015
DENISE DE PAULA QUELUZ CLEMENTINO	AJ-OJA	-	23/11/1998
ISABELA LONGHI BELLI	REM	FC-02 ASSISTENTE	08/01/2015
MAIRA CRISTINA LIO MARTINI AMORIM	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/05/2015
MARCO ANTONIO BRUNIALTI	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	26/10/2011
MARIA STELA ROSSATI	AJ-OJA	-	01/08/2003
MATEUS LABIGALINI FUINI	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	03/05/2005
PATRICIA APARECIDA MARCATTI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	13/04/2009
RUTH CORDEIRO ACCIOLY	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/09/2007
WALLACE DIEGO RESENDE	TJA	-	17/02/2016
WELLINGTON RODRIGUES PARANHOS	TJA	-	10/12/2014
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			11-12



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	11
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	21
TOTAL	32



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [29/02/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
AMANDA ROSSI VENANCIO DA SILVA	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA	16/03/2015



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	14
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	20
FLAVIO LANDI	102

SERVIDORES	HORAS
APARECIDA PEDRINA LEME FERREIRA	14
DECIO DE PAULA QUELUZ	14
DENISE DE PAULA QUELUZ CLEMENTINO	7
ISABELA LONGHI BELLI	114
MAIRA CRISTINA LIO MARTINI AMORIM	487
MARCO ANTONIO BRUNIALTI	60
MARIA STELA ROSSATI	7
MATEUS LABIGALINI FUINI	46
PATRICIA APARECIDA MARCATTI	44
RUTH CORDEIRO ACCIOLY	30
WELLINGTON RODRIGUES PARANHOS	14



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência ou enc. da instrução	935
	Aguardando prolação de sentença	66
	Aguardando cumprimento de acordo	231
	Solucionados pendentes de finalização na fase	484
	Subtotal	1.650
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	137
	Liquidados pendentes de finalização na fase	99
	Subtotal	236
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	460
	Encerrados pendentes de finalização na fase	51
	Subtotal	511
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0
	Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	4
	TOTAL	2.397



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	132	139	14
Exceções de Incompetência	9	5	9
Antecipações de Tutela	229	213	11
Impugnações à Sentença de Liquidação	11	11	8
Embargos à Execução	52	63	13
Embargos à Arrematação	2	3	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	8	10	2
TOTAIS	443	444	59



6 - RECURSOS [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	228	244	14
Recurso Adesivo	16	30	4
Agravo de petição	50	92	10
Agravo de Instrumento	6	7	1
TOTAIS	300	373	29



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	525	165
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	620	284
Total / Média	1.145	230

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	516	178
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	557	303
Total / Média	1.073	243

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	241	22
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	372	29
Total / Média	613	26

7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	98	108
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	230	151
Total / Média	328	138

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.395	2.046
Do início ao encerramento da execução - ente público	29	1.107
Total / Média	1.424	2.027

*Do início até a extinção da execução

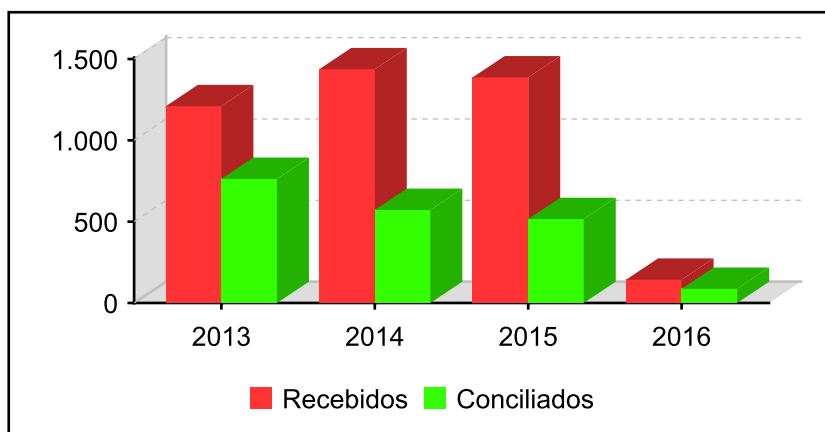


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

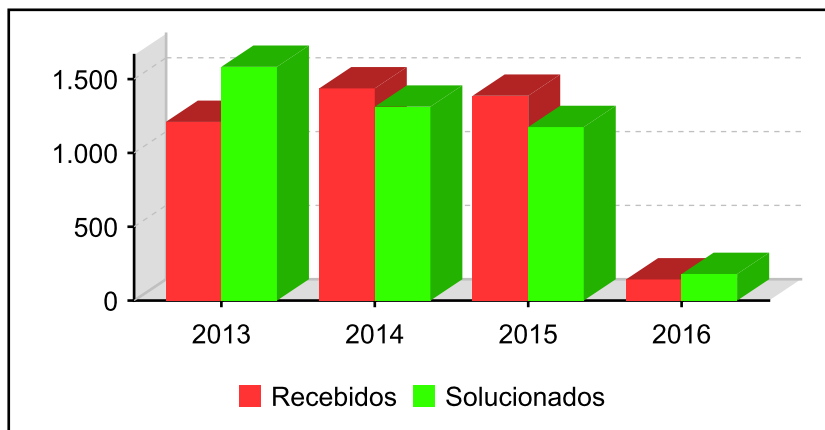
8.1 - Índice de conciliações [até 02/2016]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2013	1.210	763	63,06
2014	1.437	572	39,81
2015	1.387	516	37,20
2016	143	87	60,84



8.2 - Índice de soluções [até 02/2016]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2013	1.210	1.583	130,83
2014	1.437	1.313	91,37
2015	1.387	1.175	84,72
2016	143	180	125,87



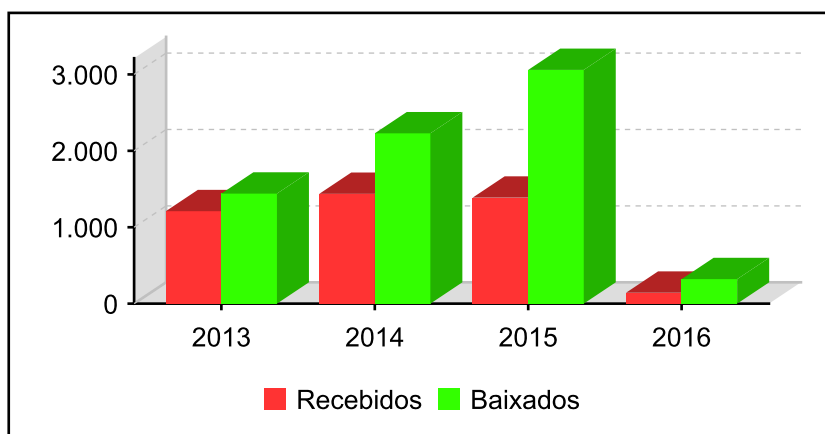


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

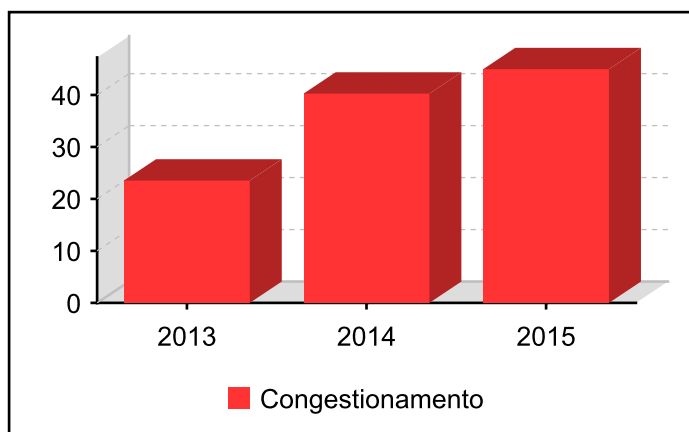
8.3 - Índice de baixas [até 02/2016]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2013	1.210	1.440	119,01
2014	1.437	2.229	155,11
2015	1.387	3.059	220,55
2016	143	321	224,48



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2013	860	1.210	1.583	23,53
2014	761	1.437	1.313	40,26
2015	748	1.387	1.175	44,96

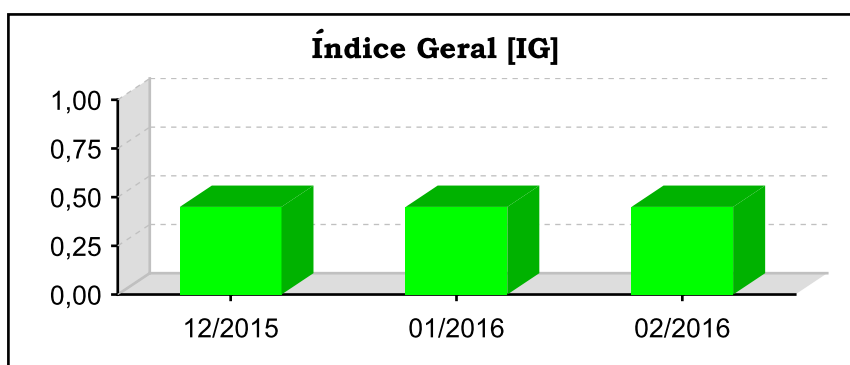
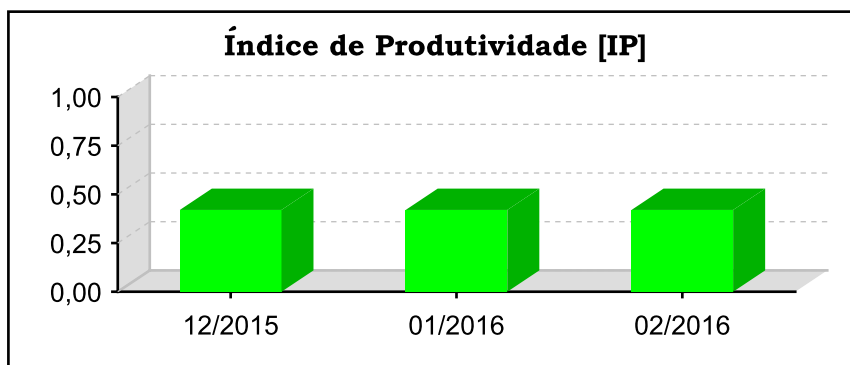
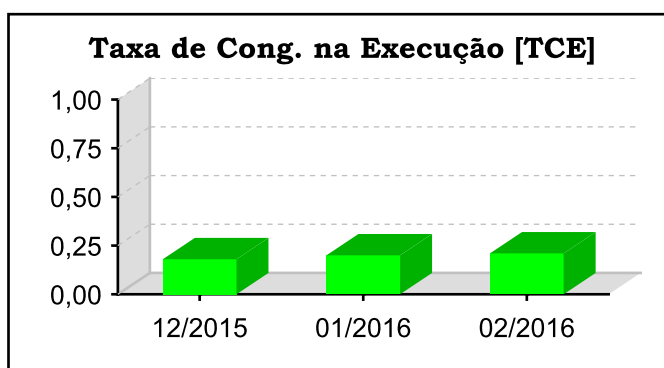
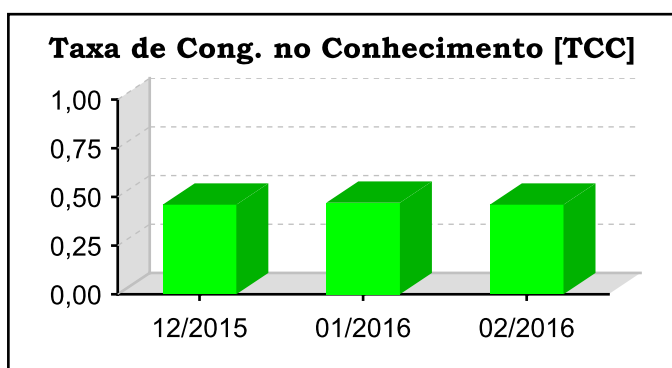




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
12/2015	0,46	0,18	0,42	0,45
01/2016	0,47	0,20	0,42	0,45
02/2016	0,46	0,21	0,42	0,45





10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [03/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	541	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	462	38,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.003	83,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	195	16,2
Incidentes Processuais Resolvidos	502	41,8
Audiências	1.820	151,7

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	12.947	46,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	12.358	44,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	25.305	91,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	4.269	15,5
Incidentes Processuais Resolvidos	8.220	29,8
Audiências	41.120	149,0

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	115.725	63,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	123.507	67,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	239.232	130,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	44.176	24,1
Incidentes Processuais Resolvidos	87.046	47,4
Audiências	412.401	224,6

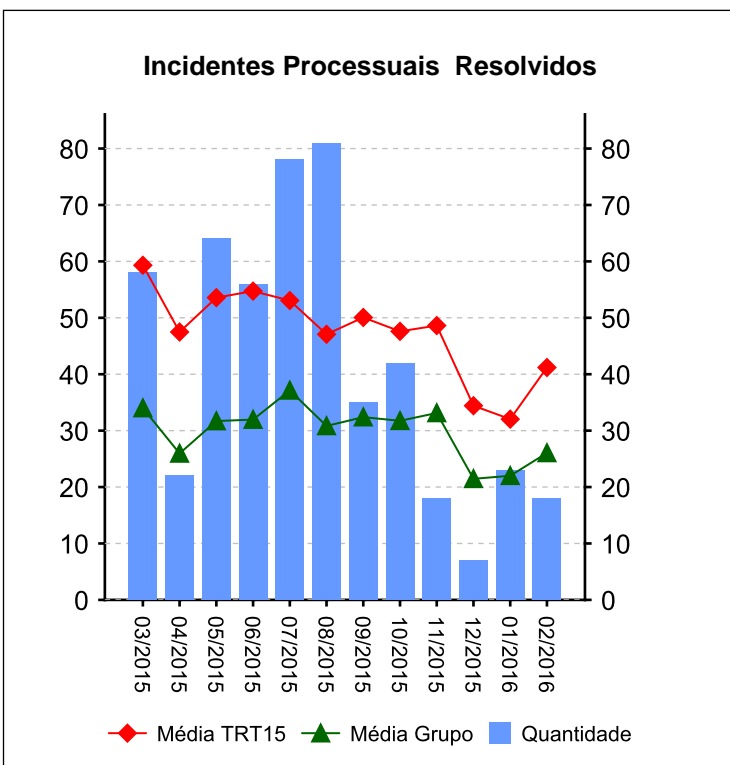
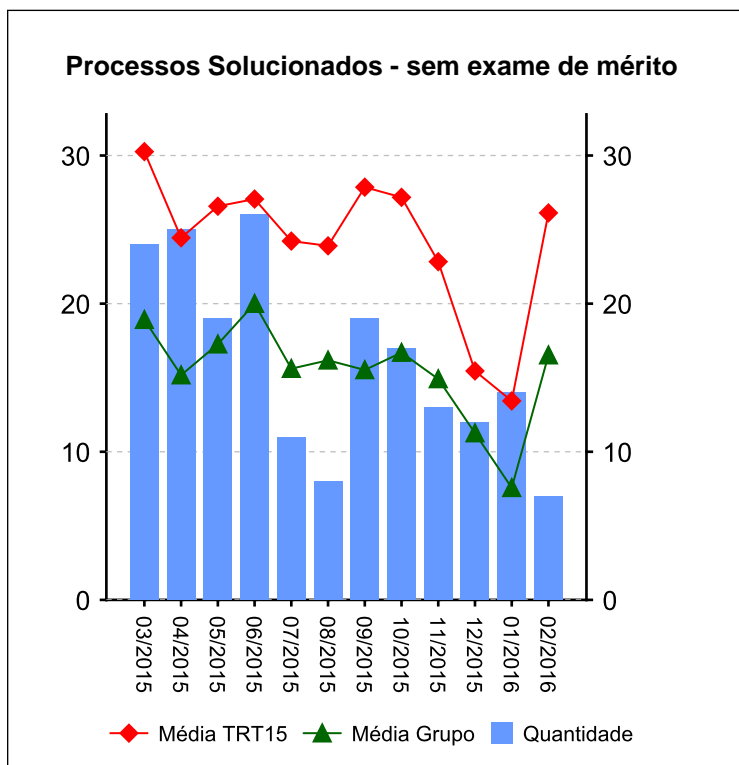
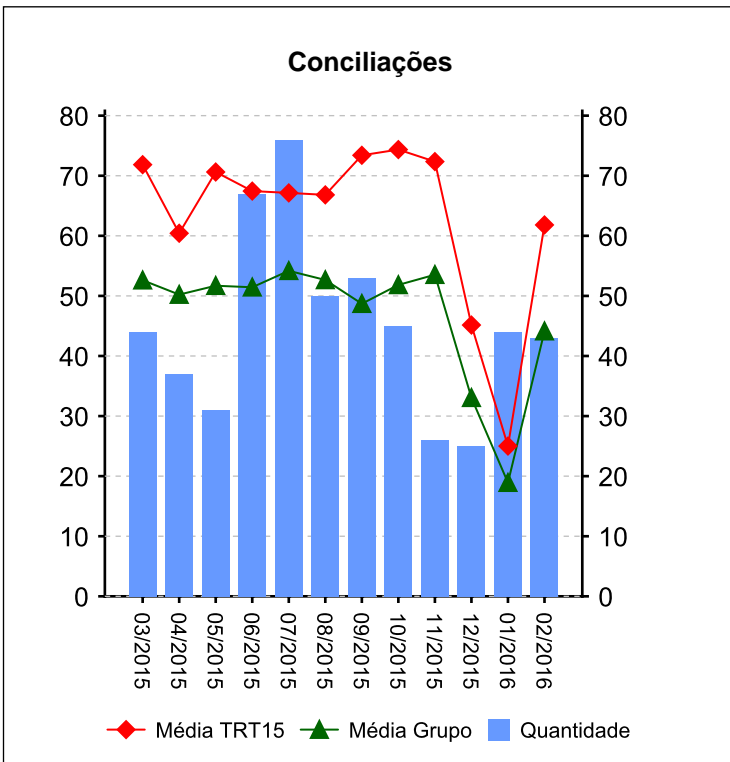
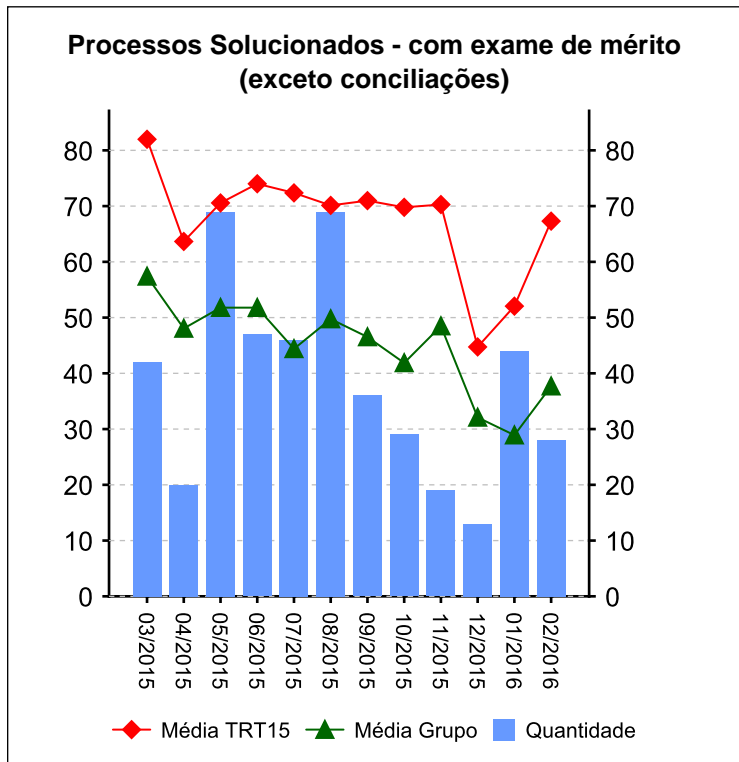
Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	Julgamento	UNA	Total
03/2015	1	71	43	25	0	61	201
04/2015	0	19	41	22	0	62	144
05/2015	1	15	30	17	2	39	104
06/2015	6	22	65	31	0	67	191
07/2015	1	28	49	27	2	75	182
08/2015	9	11	41	19	1	66	147
09/2015	10	55	37	19	1	60	182
10/2015	4	24	48	20	0	79	175
11/2015	2	79	34	22	4	47	188
12/2015	0	5	30	18	1	54	108
01/2016	1	8	6	5	0	10	30
02/2016	2	32	42	22	0	70	168
Total	37	369	466	247	11	690	1820

Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2015	40
04/2015	32
05/2015	47
06/2015	37
07/2015	37
08/2015	33
09/2015	30
10/2015	32
11/2015	31
12/2015	33
01/2016	36
02/2016	31

10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [03/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

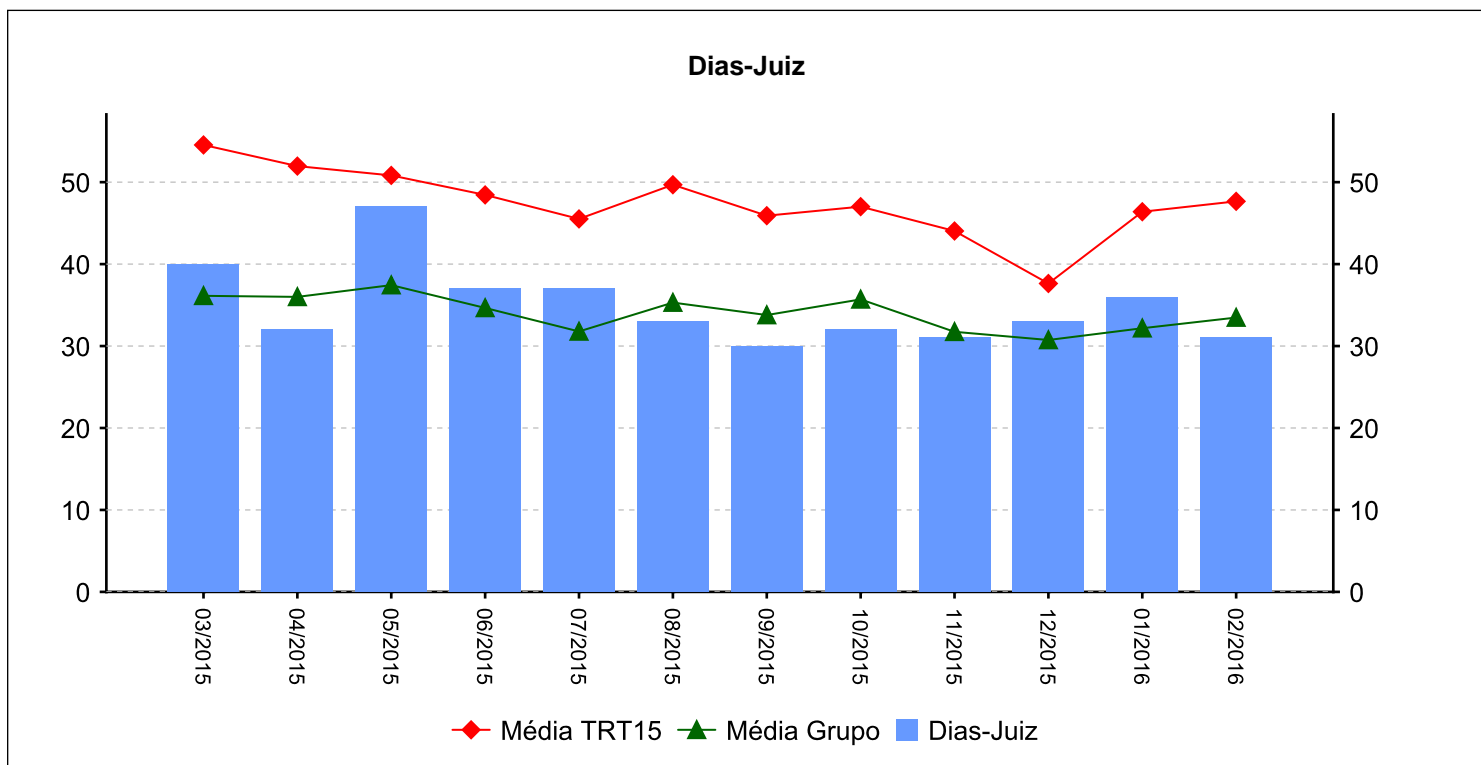
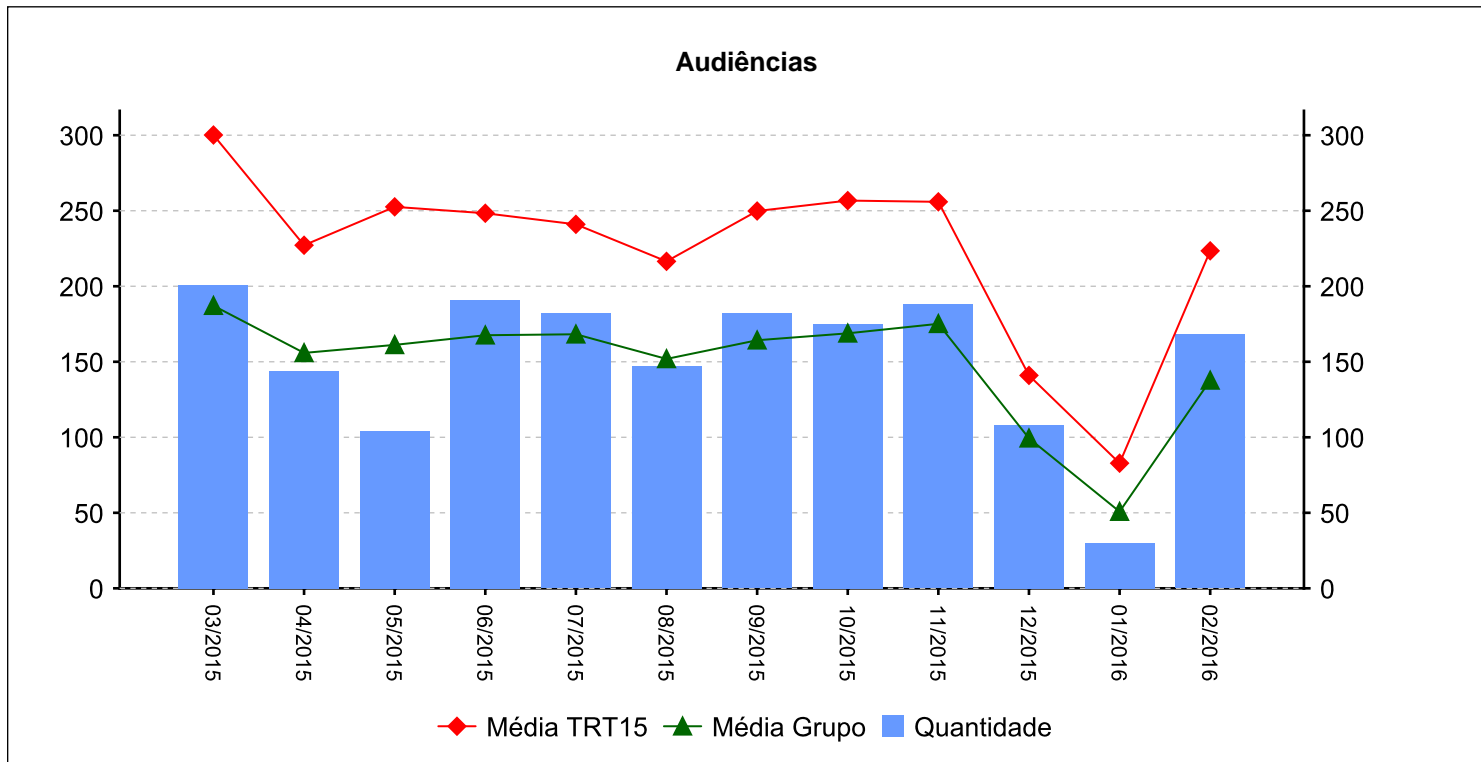
Resumo



10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [03/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo






11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)



Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1387	1175	212	116	98	85 % 


Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

Processos distribuídos até 31/12/2013	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1210	1089	1257	0	98	35	36 % 	100 % 

Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
375	2054	0	31	171	100 % 




11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)


Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Processos pendentes em 31/12/2012	Processos solucionados a partir de 01/01/2013	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
3	2	1	0	100 % 

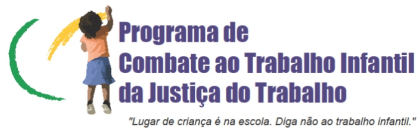
Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2015	Meta	Grau de Cumprimento
183	227	181	75,0 % 



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [04/2015 a 02/2016]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 24.788,90	R\$ 2.152,63	R\$ 0,00	R\$ 511.398,82



13 – EM CONSULTA AO PJe REALIZADA EM 27/04/2016, FOI INFORMADO QUE HÁ AUDIÊNCIAS AGENDADAS COM REGULARIDADE ATÉ:

TIPO	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
INICIAL	27/06/2016	-
UNA ORDINÁRIO	07/02/2017	
UNA SUMARÍSSIMO	18/07/2016	-
INSTRUÇÃO	28/11/2016	-
JULGAMENTO	-	-

14 – ACERVO DA UNIDADE SEM TRAMITAÇÃO

	PJe*		SAP**
Data de corte:	08/03/2016	Data de Corte:	08/03/2016
Saldo:	68	Saldo:	15
		Total:	83

***Consulta realizada no dia 12/04/2016, entre 12h57/13h10.**

****Consulta realizada no dia 12/04/2016, às 10h49.**

15 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE AÇÃO:

Não foi apresentado plano de ação pela Unidade, por não haver quantidade expressiva de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

Registra-se que, anteriormente à correição, foi realizada reunião virtual com ao menos um dos membros do trio gerencial para esclarecer e orientar a Unidade Judiciária sobre a elaboração do plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA.



16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, verificou-se que o Juízo:

16.1 – não se pronuncia explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, limitando-se a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, se em termos” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010998-97.2015.5.15.0118, 0010774-96.2014.5.15.0118 e 00010595-65.2014.5.15.0118;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (581 protocolos nos últimos 12 meses, com 21 pendências – consulta em 12/04/2016), INFOJUD e demais convênios; eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta ATA;

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença, em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora;

16.5 – realiza audiências em 4 dias da semana, segundo informação prestada e consulta ao PJe no período de 13/04/2016 a 30/09/2016;

16.6 – inclui na pauta de audiências de processos na fase de execução – foram realizadas 369 audiências de conciliação em execução no período de 03/2015 a 02/2016, sendo 62 na última Semana Nacional de Conciliação (23/11/2015 a 27/11/2015);

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – não consta ainda cadastro do Juiz Titular.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase



de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PRODUTIVIDADE DA VARA

17.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

Para que se entendam os índices comparáveis que compõem o MGD, é trazida, como exemplo, a análise dos processos pendentes de solução. A Unidade apresenta índice de 0,69 nos processos pendentes de solução. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere (1001-1500 processos). Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Itapira apresenta 69% do maior saldo de processos pendentes.

Por outro lado, conforme item 10 da presente Ata, a Unidade se manteve na média do grupo para a quantidade de “Dias-Juiz” nos últimos meses, mas a quantidade de processos solucionados (média mensal de 83,6 feitos solucionados com exame de mérito) esteve abaixo da média de referido grupo (91,7), assim como da média do Tribunal (130,4).

É importante destacar, nesse sentido, que a Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano), não foi atendida em 2015 (85%).

Por tais motivos, recomenda-se que a unidade envie esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



17.2 – AUDIÊNCIAS

Novamente observando os gráficos no item 10, verifica-se que a Unidade apresenta média mensal de 151,7 audiências, pouco acima da média mensal do respectivo grupo (149,0). Além disso, como apontado no item anterior, a Unidade contou com quantidade de “Dias-Juiz” próxima da média desse grupo.

Destaca-se, entretanto, que a Meta 5 da JT (item '11') não foi cumprida (reduzir 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014), motivo por que sugere a adoção de providências para reduzir o prazo para realização das audiências, principalmente dos feitos submetidos ao rito sumaríssimo.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos a todas as hastas públicas unificadas, com exceção das de nº 08, 09 e 10/2015.

Na mesma oportunidade constatou-se que houve a retirada de bens das hastas unificadas nº 02/2015 (suspensão após auto de reavaliação), nº 12/2015 (inconsistência na formulação do edital), nº 13/2015 (proposta de acordo), além da nº 02/2016 (pela solicitação do Juízo deprecante, pelo pagamento e por impossibilidade de notificação das partes em tempo hábil).

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que essa divisão de equipes seja proporcional ao acervo de cada fase, mas que não haja servidores atuando simultaneamente em mais de uma fase.



20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – considerando que o Juízo, no ano de 2015, não cumpriu a Meta 1 do CNJ, especialmente por não ter julgado quantidade maior de processos que os distribuídos, tendo julgado apenas 85% (Item 11), determina-se que envide esforços para que neste ano de 2016, cumpra referida meta e, paralelamente, proceda ao julgamento rápido dos processos distribuídos nos anos anteriores;

20.2 – envidar esforços para reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento - Meta 5 da Justiça do Trabalho;

20.3 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

20.4 – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal Diretor e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

20.5 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

20.6 – na qualidade de Corregedor Permanente da Vara do Trabalho, o MM. Juiz deverá acompanhar o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos do e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

20.7 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade;

20.8 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no Pje;

20.9 – velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

20.10 – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento



GP-CR nº 03/2014 (Alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **c) o item IV da Ordem de Serviço nº 01/2015 (Simba)**, que estabelece: "IV - A atuação do GIE - Grupo Interno de Execução das Varas (art. 2º, IX, Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012) deve ser planejada em estrita consonância com o trabalho dos Oficiais de Justiça, cabendo a estes a realização da pesquisa básica de bens dos devedores indicados no Mandado, utilizando as ferramentas eletrônicas Infojud, Renajud, Arisp, Bacenjud etc. Os GIEs são responsáveis, especialmente, pela pesquisa prévia de dados de devedores no sistema EXE15, análise atenta das certidões dos oficiais de justiça, elaboração de minutas que visem declarar nulidades de transferências patrimoniais e inclusão de devedores no polo passivo da execução, identificados por meio das pesquisas com o CCS e o Simba";

20.11 – observar previamente a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014, evitando-se a retirada de bens para posterior regularização, como nos casos verificados de inconsistência na formulação do edital e impossibilidade da notificação das partes, respectivamente, nos processos 0034900-70.2001.5.15.0118 e 0070600-05.2004.5.15.0118.

21 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

21.1- VISITA AO PAÇO MUNICIPAL:

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional, acompanhado do MM Juiz do Trabalho Titular e do Diretor da Vara local, respectivamente, Dr. Flávio Landi e o Sr. Mateus Labigalini Fuini, visitaram a Prefeitura Municipal de Itapira e, na oportunidade, foram recebidos pelo Exmo. Sr. Prefeito José Natalino Paganini e pelo Secretário dos Negócios Jurídicos do Município Dr. José Augusto Francisco Urbini, OAB/SP nº 198.472.

21.2 – ATENDIMENTOS:

Não houve.



22 – CONSTATAÇÕES:

Foram realizadas reuniões com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução, e com o Diretor da Unidade, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); gestão da Unidade a partir de processos e não petições; elaboração de plano de ação, observando o método 5W2H e o ciclo PDCA; gestão compartilhada da Unidade com colaboração dos orientadores de equipes; pauta inteligente; pré-análise da regularidade dos processos em pauta para evitar a redesignação de audiências; triagem das petições iniciais; procedimento concentrado das perícias – delegar ao perito a gestão das manifestações sobre o laudo; lançamento da ocorrência PAN e encaminhamento do processo para prolação de sentença; audiência de mediação; JURISCALC; homologação otimizada dos cálculos; gestão customizada dos processos em liquidação, considerando as características das empresas executadas; migração de processos físicos para PJe; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; detalhamento dos procedimentos a serem utilizados pelo GIE e esclarecimentos sobre o MGD.

Em reunião com a equipe de servidores responsáveis pelo conhecimento, o Diretor informou que as pautas de Audiências são de 2ª a 5ª feira, sendo de segunda e quinta-feira no período da tarde e de terça e quarta-feira no período da manhã, com a seguinte distribuição de audiências: segunda-feira com 3 instruções 4 UNAS em rito sumaríssimo e 3 iniciais com pedido de perícia; terça e quarta-feira, com 2 instruções, 2 UNAS em sumaríssimo e 2 de rito ordinário e 5 iniciais com pedido de perícia; na quinta-feira, com 3 de rito ordinário, 5 sumaríssimo e 5 iniciais com pedido de perícia. A equipe disse terem poucos processos físicos somente na fase de execução.

A equipe pré-pauta faz a triagem inicial, dando preferência à designação nos feitos de rito sumaríssimo, utilizando a pauta inteligente. A equipe disse que na triagem inicial os casos de antecipação de tutela requerem maior cuidado, especialmente quanto à informação do CPF das partes e caso notem ausência dessa informação na petição inicial já intimam as partes para regularização, evitando, assim, maiores transtornos futuros. Relataram que até ano passado muitas notificações pelos Correios eram devolvidas, fato que gerou redesignações. A equipe foi orientada a informar o setor de Contratos do Tribunal sempre que os Correios devolverem notificações



endereçadas a locais de conhecimento público e notório. Atualmente, essas redesignações não ocorrem com frequência, mas, ainda assim, a equipe realiza análise da pauta para melhor aproveitamento. Esclareceram que em caso de pedido de tutela antecipada, antes do encaminhamento para conclusão, é designada a audiência e só então encaminhada para minuta de decisão pela Assistente de Juiz, que ao final devolve para a Secretaria cumprir as obrigações de fazer. A Assistente de Juiz realiza teletrabalho.

Na triagem inicial já são separados os processos com pedido de perícia, pois em razão de ser uma pauta inteligente há horários específicos para inclusão destes processos. A Unidade possui agenda dos peritos, inclusive utilizando notificação por e-mail. Na audiência, caso não ocorra acordo, nomeia-se perito, a quem é informado o e-mail das partes para contato direto, fixando-se nesse momento o prazo para elaboração do laudo, ficando a cargo do perito marcar o horário da perícia. Após a entrega do laudo pericial as partes são intimadas para impugnações – analisadas nos autos. Ainda a esse respeito a equipe informou que os honorários prévios são depositados em conta judicial à disposição do processo pela parte. Assim, sugere-se análise pelos magistrados na Unidade da prática divulgada por ocasião da 4ª Mostra de Boas Práticas, “Controle de Perícias”, por visar a redução de atos processuais pela secretaria, otimização da pauta de audiências, eliminação de incidentes (manifestações e impugnações) sobre o laudo, conferir agilidade à realização e finalização da prova pericial e reduzir o tempo médio dos feitos. A prática consiste na retirada de pauta (ou não inclusão) dos feitos que dependem de perícia, intimando a reclamada a apresentar contestação e, somente no caso de manifestar interesse na conciliação, o feito é incluído na pauta; com a contestação, designa-se a perícia com data certa, determinando-se que as partes apresentem quesitos e assistentes diretamente ao perito por e-mail – comunicação essa também usada pelo perito para encaminhar o laudo às partes que também por esta via apresentam suas eventuais impugnações. Somente após, o laudo – já com esclarecimentos em caso de impugnações – será juntado ao feito. Também segundo referida prática, a data da audiência de instrução é designada no despacho que determinou a perícia. Recomenda-se também que o depósito de honorários prévios ocorra diretamente nas contas bancárias desses profissionais.

Além disso, diante do previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), e pela celeridade processual, sugere-se que a Unidade entre em contato com grandes empresas demandadas a fim de viabilizar, da melhor forma, a intimação inicial



por meio eletrônico, desde que acordada entre as partes, com objetivo de otimizar procedimentos. A mesma providência poderá ser tomada em relação à citação dos Municípios, podendo, em consenso com o órgão público, ser utilizada a intimação eletrônica.

Esclareceram os servidores que não realizam audiências de mediação nos processos de conhecimento, mas somente naqueles em fase de liquidação ou execução. Esclareceram ainda que tais tentativas ocorrem simultaneamente à pauta de audiências em dias regulares.

Em reunião com a equipe de servidores responsáveis pela fase de liquidação foi dito que os processos físicos baixados do Tribunal são todos migrados para o Pje, com intimação das partes para apresentação dos seus cálculos e na sequência é marcada audiência de mediação na fase de liquidação. A Corregedoria sugeriu que os processos físicos, após a triagem, sejam inseridos na pauta de mediação, não havendo necessidade de realizar a migração prévia à tentativa de solução do feito pela via consensual.

Relataram, na sequência que não sendo o caso de inclusão em pauta de mediação, ocorrendo migração para o Pje, nomeia-se perito e intimam-se as partes para apresentar cálculos em 10 dias. Silentes, notifica-se o perito para apresentar seu laudo, que será homologado e então a parte intimada para pagamento. Nesse procedimento os peritos já anexam aos autos seu laudo e as planilhas de cálculos.

Por sua vez, realizada reunião com a equipe de servidores responsáveis pela fase de execução e com as Oficiais de Justiça, foi relatado que o GIE faz o Bacen na empresa principal, e, caso negativo, já realiza segundo protocolo no Bacen perante a empresa subsidiária (se houver), resultando ainda negativo, desconsidera-se a personalidade jurídica e cita sócios para pagamento: não surtindo resultado, são incluídos no BNDT. Ao final desse fluxo, expedem o mandadão e o processo é encaminhado para as oficiais de justiça.

As oficiais disseram utilizar as ferramentas disponibilizadas para a busca de bens dos devedores. Elas formularam reclamação no sentido de que quando estão realizando, na tela do computador, a consulta do mandado de processo eletrônico não conseguem abrir o processo, isso passou a ocorrer a partir de quando mudou o perfil (há mais de dois meses) e ainda o EXE 15 continuaria complicado mesmo após as mudanças recentes, pois o sistema trava sem razão aparente – relataram que numa dessas ocasiões, somente após contato com a Secretaria da Corregedoria a questão foi



resolvida – e assim o tempo usado para utilizar o EXE15 atrasa o cumprimento dos mandados.

Por outro lado, as oficiais disseram que a parametrização para cumprir as ordens do processo facilitou significativamente o andamento dos serviços. A equipe faz a reunião dos processos para melhor implementar a execução. O cumprimento das diligências é organizado por regiões. Outra queixa referida seria a impossibilidade de redistribuição de mandados entre as oficiais, ou seja, chegando para uma delas só esta pode cumprir, pois se tentarem redistribuir a outra o mandado é devolvido para a origem e, com isso, atualmente, estão cumprindo os mandados uma na caixa da outra. A equipe disse que o GIE está alinhada e se auxiliam para boa implementação dos atos executórios, inclusive o MM Juiz do Trabalho titular e o Diretor são acessíveis na fase de execução.

Registra-se que a Unidade realiza audiências de mediação na fase de execução, com ótimos resultados (janeiro de 34 audiências, 27 acordos; fevereiro 23 audiências, 15 acordos e março de 45 audiências, 37 resultaram em acordos). O Exmo. Vice-Corregedor consigna elogios ao trabalho de todos os servidores, especialmente da mediadora Isabela Longhi Belli.

A Corregedoria abordou com o Diretor de Secretaria os resultados obtidos durante a correição, assim como os fatos identificados ao longo dos encontros ocorridos com as equipes de Conhecimento, Liquidação e Execução. Na oportunidade, a Corregedoria salientou qual a melhor forma e quando utilizar as ferramentas SIMBA e CCS. A Corregedoria esclareceu a questão da regularidade dos processos a serem incluídos em hasta pública, bem como de se realizar a penhora do bem integral. O Diretor esclareceu que todos os processos eletrônicos quando baixam do Tribunal são encaminhados para mediação e nesta oportunidade as partes têm de apresentar os cálculos de liquidação. A Corregedoria sugere que os valores incontroversos sejam pagos na audiência de mediação.

O Diretor argumentou, por fim, que a alta rotatividade de servidores na Unidade compromete o bom andamento do trabalho, pois a mudança do servidor de um polo para outro polo por remoção, somente ocorrerá depois de um ano no efetivo exercício do cargo, entretanto, se o pedido de remoção for dentro do mesmo polo a mudança é possível a qualquer momento, não havendo permanência mínima.



23 – REIVINDICAÇÕES DA VARA:

A Unidade informa a abertura do chamado 719/2016 à Coordenadoria de Manutenção, requerendo a abertura de porta em divisória para facilitar acesso ao banheiro e interruptores. Solicitam também a remoção de estantes inutilizadas para conferir mais espaço aos servidores e estações de trabalho. Informa ainda a alta rotatividade de servidores, propondo o estudo de edição de normativo que permitisse o pedido de remoção para cidade do mesmo polo somente após um ano de exercício.

Oficie-se a Presidência para análise da conveniência e oportunidade.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – o MM. Juiz Titular está autorizado a residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 0000889-54.2011.5.15.0897).

24.2 – Foi informado pelo Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

24.3 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores estão de acordo com as normas deste Regional, conforme verificado nesta Correição.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 27 de abril de 2016, às 16 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional e publicada na Imprensa Oficial.

MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
Desembargador Vice-Corregedor Regional